

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMPUS BENTO GONÇALVES**

**AS PERCEPÇÕES DOS ALUNOS DO NEEJACP -  
METAMORFOSE SOBRE A DISCIPLINA DE FÍSICA**

**SANDRA LUIZA FOREST**

**Bento Gonçalves  
Novembro de 2013**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMPUS BENTO GONÇALVES**

**SANDRA LUIZA FOREST**

**AS PERCEPÇÕES DOS ALUNOS DO NEEJACP -  
METAMORFOSE SOBRE A DISCIPLINA DE FÍSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao Curso de Licenciatura em Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Física.

Orientador: Prof. Me. Paulo Vinícius dos Santos Rebeque

Coorientadora: Prof<sup>a</sup> Me. Carina Fior Postinger Balzan

**Bento Gonçalves**

**Novembro de 2013**

# AS PERCEPÇÕES DOS ALUNOS DO NEEJACP - METAMORFOSE SOBRE A DISCIPLINA DE FÍSICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao Curso de Licenciatura em Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Física.

Orientador: Prof. Me. Paulo Vinícius dos Santos Rebeque

Coorientadora: Prof<sup>a</sup> Me. Carina Fior Postinger Balzan

Aprovado em 26 de Novembro de 2013.

---

Me. Paulo Vinícius dos Santos Rebeque – IFRS – Câmpus Bento Gonçalves

---

Me. Leane Maria Filipetto – IFRS – Câmpus Bento Gonçalves

---

Me. Tiago Belmonte Nascimento – IFRS – Câmpus Bento Gonçalves

*Dedico este trabalho à minha família, em especial ao meu filho Augusto Forest Cainelli e ao meu esposo João Carlos Cainelli pelo carinho, apoio, incentivo e afeto que sempre me deram.*

## **AGRADECIMENTO**

A Deus, por ter me concedido a oportunidade de lutar por um futuro melhor.

Aos meus pais, Mario Luiz Forest e Prescildes Peruffo Forest (in memorian), pela educação e ensinamentos que me deram.

À minha família, em especial, ao meu filho Augusto Forest Cainelli e meu esposo João Carlos Cainelli pela compreensão da ausência.

À professora Mestre Carina Fior Postingher Balzan pela importante Co-orientação acadêmica, força, credibilidade e amizade durante o curso de graduação e iniciação na realização deste trabalho monográfico.

Ao professor Mestre Paulo Vinícius Rebeque pela orientação acadêmica, por ter sempre se disponibilizado a me auxiliar nos momentos solicitados, pelo apoio e amizade durante a realização deste trabalho acadêmico.

Aos meus professores pelos ensinamentos que certamente, deixaram suas marcas.

Às minhas colegas já graduadas que foram uma benção que Deus colocou em meu caminho: Ana Paula Piccolo, Camila Paese, Camila De César, Maria Eduarda Tesser Gugel e Rita Daniela Dietrich dos Santos e aos atuais colegas da graduação, Adrian Rizzo, Elisandra Scussel e Marisete Vitter pelos tantos momentos agradáveis e pela ajuda em diversas situações.

Aos amigos que me auxiliaram e me apoiaram incondicionalmente e entenderam a minha ausência.

Ao MEC, ao IFRS - Câmpus Bento Gonçalves e ao Núcleo Estadual de Educação de Jovens Adultos e Cultura Popular - NEEJACP METAMORFOSE, especialmente a Diretora Patrícia Neves Machado e das Vice-diretoras Luciana Rocha, Ionara Fernanda Freitas e Graziela; aos professores Sonia de Oliveira Souza e Jorge Eliandro Ekerleben por oportunizar a realização do meu trabalho.

"No meio de toda dificuldade, sempre existe uma oportunidade."

Albert Einstein

## RESUMO

Este trabalho de Conclusão de Curso tem a finalidade de apresentar percepções dos alunos quanto ao Ensino de Física na Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa foi realizada no Núcleo Estadual de Educação de Jovens Adultos e Cultura Popular – NEEJACP Metamorfose, nas turmas 8A e 8C, no município de Bento Gonçalves/RS. A convivência com as turmas onde se desenvolveu o estágio da disciplina de Prática de Ensino de Física IV, componente curricular do Curso de Licenciatura em Física, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Câmpus Bento Gonçalves, despertou o interesse por este estudo. A coleta de dados consistiu em questionários, aplicado durante a disciplina de física, e posterior entrevistas com os alunos das turmas, além de anotações em diários durante o estágio. As falas dos alunos revelam suas dificuldades no aprendizado da física, pois muito deles, após algum tempo sem estudar, retornaram aos seus estudos.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos, Ensino de Física, estágio supervisionado.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Principais perguntas do questionário .....	24
Figura 2: Idade dos entrevistados .....	25
Figura 3: Trabalham .....	26
Figura 4: Motivos para retornar aos estudos e expectativa após conclusão do curso .....	27
Figura 5: Disciplinas .....	27
Figura 6: Interesse dos alunos pela disciplina de Física .....	28
Figura 7: Importância do estudo da Física .....	28
Figura 8: Relação da Física com a vida cotidiana .....	29
Figura 9: Conteúdo da disciplina de Física no NEEJAP .....	29



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>11</b>
2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL .....	11
2.2 AS MODALIDADES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	18
2.2.1 Educação de Jovens e Adultos (EJA Presencial) .....	19
2.2.2 Núcleos de Ensino de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA) .....	19
2.2.3 NEEJAs Prisionais .....	20
2.2.4 Programa Nacional da Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) .....	20
2.2.5 Exames Supletivos (ENCCEJA) .....	21
<b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>22</b>
3.1 O CONTEXTO DA PESQUISA .....	22
3.2 O ENSINO DE FÍSICA NO NEEJACP – METAMORFOSE.....	23
3.3 A COLETA DE DADOS .....	24
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>25</b>
4.1 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO .....	25
4.1.1 Perfil dos Alunos .....	25
4.1.2 Análise das Perguntas sobre o Ensino de Física.....	27
4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS .....	30
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>34</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Não é de hoje que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um campo importante e extenso de reflexões e objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento, especialmente a de formação de professores. Como licencianda em Física, a tarefa de ensinar Física para alunos da EJA, proporcionado pela disciplina Prática de Ensino de Física IV (PEF IV) foi, no mínimo, desafiadora e estimulante já que muitos alunos apresentam grandes dificuldades, oriundos de longos anos de afastamento dos bancos escolares.

A PEF IV é um componente curricular do Curso de Licenciatura em Física, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Câmpus Bento Gonçalves, (IFRS). O estágio desenvolveu-se ao longo do segundo semestre de 2012 no Núcleo Estadual de Educação de Jovens Adultos e Cultura Popular Metamorfose (NEEJACP – Metamorfose) no município de Bento Gonçalves/RS, nas turmas T7B e T7C, equivalente ao primeiro ano do Ensino Médio de Educação de Jovens e Adultos.

O estágio é uma oportunidade ao futuro professor relacionar os conhecimentos teóricos construídos ao longo do curso com a prática em sala de aula, permitindo vivenciar todos os aspectos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, como por exemplo, o currículo, o planejamento, a metodologia e a avaliação. Além disso, a vivência com os alunos, as surpresas, os obstáculos e as dificuldades do dia a dia de sala de aula, constituindo-se em uma experiência indispensável e imprescindível para a formação de professores.

Dessa forma, o objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso é abordar as ideias e os pensamentos sobre a disciplina de Física na Educação de Jovens e Adultos, nas turmas T8A e T8C, do NEEJACP – Metamorfose.

O trabalho está apresentando em três capítulos: no capítulo um, revisão bibliográfica, apresenta-se um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no

Brasil, a proposta pedagógica dos Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular e uma reflexão sobre o ensino de Física nessa modalidade de Educação. No segundo, aborda-se a metodologia e o contexto da pesquisa. Por fim, no capítulo três os resultados são apresentados.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A educação de adultos, no Brasil, começa a ser reconhecida e receber um tratamento particular, como tema de política educacional entre os anos 30 e 40. Na Constituição de 1934, que durou cerca de três anos, em seu Título V, Capítulo II, Artigo 150, Parágrafo Único, letra a, já constava o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos, mas por volta de 1940 é que começa a tomar forma e corpo, como iniciativas concretas.

Da Família, da Educação e da Cultura

Art 150 - Compete à União:

Parágrafo único – O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e e, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas:

a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos (BRASIL, 2013a).

Esse período coincide com o surgimento da Escola Nova, que pode ser considerado como divisor de águas para a renovação do ensino no Brasil, movimento cujo intuito era reinventar a Escola a partir de conhecimentos produzidos pela psicologia e pela biologia, entre outras ciências. Nessa perspectiva, o aluno deve ser o sujeito mais importante da escola. Na época defendia-se a ideia de novos métodos e a reforma dos currículos escolares.

Anísio Teixeira e outras personalidades assinam, em 1932, o Manifesto da Escola Nova que defende a universalização da Escola Nova, laica e gratuita, e mudanças nas práticas e saberes pedagógicos, como a valorização da experiência da criança. O documento surge de uma convocação do Presidente Getúlio Vargas aos profissionais do ensino. Anísio Teixeira é o pioneiro na implantação de escolas públicas de todos os níveis e defende que elas sejam responsáveis pela promoção de cidadania e saúde (MORAES et al., 2013).

Com a criação do INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em 1938, é criado em 1942, o Fundo Nacional do Ensino Primário, através de seus recursos o fundo deveria realizar um programa progressivo de ampliação da educação primária que incluísse o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos. Com sua regulamentação, em 1945, foi estabelecido que 25% dos recursos de cada auxílio deveriam ser aplicados num plano geral de Ensino Supletivo destinado aos adolescentes e aos adultos analfabetos. Podemos citar pela sua relevância e importância as criações em: 1942, do Fundo Nacional de Ensino Primário e Serviço Nacional de Aprendizagem Social – SENAC. A instituição de ensino profissionalizante estava incluída entre os decretos que integravam as Leis Orgânicas do Ensino ou Reformas Capanema, como ficou conhecida em homenagem ao Ministro de Educação e Saúde, Gustavo Capanema; em 1947, do Serviço de Educação de Adultos e da Campanha de Educação de Adultos; com início em 1952, da Campanha de Educação Rural e em 1958 da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Ao falarmos de Educação de Adultos não podemos deixar de citar Lourenço Filho, citado por Beisiegel (1997 apud DI PIERRO *et al.*, 2010, p.59).

destaca o caráter exemplar da Campanha Nacional de Educação de Adultos iniciada em 1947 – capitaneada por ele – como política Governamental que exprimia o entendimento da educação de adultos como peça fundamental na elevação dos níveis educacionais da população em seu conjunto. Além do necessário enfrentamento direto do problema do analfabetismo adulto, Lourenço Filho já então destacava os efeitos positivos da educação dos adultos sobre a educação das crianças, ambas componentes indissociáveis de um mesmo projeto de elevação cultural dos cidadãos. Beisiegel chama a atenção ainda para o papel indutor que a União então assumiu, provocando a iniciativa das unidades federadas por meio da regulamentação da distribuição de fundos públicos, contemplando percentuais destinados à estruturação de serviços de educação primária para os jovens e adultos. Essa orientação política viabilizou a criação e permanência do ensino supletivo integrado às estruturas dos sistemas estaduais de ensino. Em São Paulo, por exemplo, o Serviço de Educação de Adultos pôde funcionar regularmente até os anos 70, quando entraria em ação o Mobral.

Em 1942, com a instalação da indústria de base e a fabricação crescente no país de produtos antes importados, reforça-se a necessidade de formar mão-de-obra. Ocorre à reformulação da educação brasileira, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Social – SENAC. A instituição de ensino profissionalizante estava incluída entre os decretos que integravam as Leis Orgânicas do Ensino ou Reformas

Capanema, como ficou conhecida em homenagem ao Ministro de Educação e Saúde, Gustavo Capanema.

Nas décadas de 50 e 60 começam a surgir os projetos voltados à alfabetização de adultos, cujo objetivo era capacitar o povo brasileiro para uma participação ativa na vida social e política do país, mas as críticas também eram severas, devido ao caráter pouco eficaz do aprendizado, ao pequeno período e à inadequação do método para a população adulta, aplicado da mesma forma em todas as regiões do país. Como não obteve o sucesso e os resultados pretendidos da mesma forma em todo o país, foi extinta em seguida (CUNHA, 2003).

Neste período surge, a nova referência na educação brasileira, o Pedagogo, Paulo Freire, nascido em Recife, educador e filósofo brasileiro que teve seus trabalhos sempre voltados para a educação popular. O resultado mais expressivo de sua metodologia é quando o educador alfabetiza, em apenas 45 dias, cortadores de cana-de-açúcar no interior do Estado do Rio Grande do Norte. Essa conquista, a primeira oportunidade de aplicação mais significativa de suas teorias, dá visibilidade ao seu trabalho, pois Freire era muito crítico ao sistema tradicional, o qual utilizava a cartilha como ferramenta principal da didática para ensinar a leitura e a escrita. Sabe-se que as cartilhas ensinavam pelo método da repetição de palavras soltas ou de frases prontas, comumente denominadas como linguagem de cartilha, exemplo, “Eva viu a uva”, “o boi baba”, “a ave voa”, dentre outros.

“Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho” (FREIRE, 1991).

Paulo Freire acreditava que existem maneiras diversificadas para conseguirmos uma educação melhor para nossos jovens, ele nunca acreditou em saberes prontos e construídos. Acreditava, sim, que todos pudessem criá-las a partir de seu meio, sua cultura, suas experiências do dia-a-dia, mas cabe ao professor estar disposto a ouvir e dialogar junto com seus alunos e disposto a aprender, ensinar e dialogar tanto para os jovens como para as crianças. Na educação de adultos devemos oferecer oportunidades diferentes que propiciem e estimulem a aprendizagem intelectual de cada aluno.

Como cita Loiva Dreyer (2011),

O educador deve estar embasado teoricamente para apontar métodos que despertem no jovem e no adulto a conscientização, a criatividade e o interesse em querer saber sempre mais. Para isso, é necessário que o material didático utilizado pelo educador seja construído a partir de debates entre ele e os alunos com o objetivo de fazer um levantamento dos conhecimentos dos alunos, até mesmo do vocabulário que faz parte do universo de comunicação destes alunos.

Esse pedagogo brasileiro, consagrado em todo o mundo, contribuiu praticando e divulgando a educação popular. As metodologias tradicionais de ensino não despertam interesse no aluno, na Educação de Jovens e Adultos são um convite para o abandono escolar.

Há décadas que se buscam métodos e práticas adequadas ao aprendizado de jovens e adultos, como por exemplo, Freire comenta que:

A alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador. Esta é a razão pela qual procura mos um método que fosse capaz de fazer instrumento também do educando e não só do educador (FREIRE, 1979, p. 72).

Paulo Freire recebe, então, um convite do governo para reformular alfabetização de adultos no país e, em 1964, é aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, mas com o golpe militar de 64, toda essa proposta de uma educação inovadora foi extinta e para substituí-la foi imposto o MOBRAL.

Em 1967, através da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro, é criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), porém somente é implantado em 1971 com o objetivo de erradicar a alfabetização em dez anos. O MOBRAL propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida” (MENEZES; SANTOS, 2002).

Os recursos aplicados no MOBRAL eram oriundos do percentual da Loteria Esportiva e, sobretudo, das deduções do Imposto de Renda. Mas o investimento não rendeu os efeitos esperados. Já no fim de sua existência gastava um valor muito alto para a educação de um aluno, tornando-se ineficiente e caro. O programa foi extinto

em 1985, período que o processo de abertura política já começa a ter avanços significativos, e é substituído pelo Projeto Fundação EDUCAR.

A Constituição de 1988 colocava em seus artigos 205 e 208 a garantia do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive aos que não tiveram acesso na idade própria e em seu Art. 214 a erradicação do analfabetismo.

Capítulo III - da Educação, da Cultura e do Desporto-Seção I—da Educação  
Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

[...]

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

[...]

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

I - erradicação do analfabetismo. (BRASIL, 2013b)

Como cita Benedito Gonçalves Eugênio,

Progressivamente a União abandonou as atividades dedicadas à EJA. Uma das medidas do Governo Collor foi extinguir a Fundação Educar, em março de 1990, demonstrando a falta de interesse para com a educação de pessoas jovens e adultas.

Em 1990 foi o Ano Internacional da Alfabetização e devido às decisões da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, que lançou os quatro pilares em que deveria se construir a educação- aprender a ser, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a aprender- no mesmo ano, o MEC tentou promover um Programa Nacional de Educação e lançou o Programa de Alfabetização e Cidadania, que previa



um ambicioso movimento de mobilização nacional, objetivando a redução em 70% do número de analfabetos nos Países nos 05 anos seguintes. O processo de Impeachment, entretanto, imprimiu novos rumos à política educacional de EJA, com a sociedade civil assumindo cada vez mais a responsabilidade pela alfabetização da população analfabeta (EUGÊNIO, 2004, p. 47).

Segundo Strelhow (2010, p. 55):

Com o fim do Mobral em 1985, surgiram outros programas de alfabetização em seu lugar como a Fundação Educar, que estava vinculada especificamente ao Ministério da Educação. O seu papel era de supervisionar e acompanhar, junto às constituições e secretarias, o investimento dos recursos transferidos para a execução de seus programas.

Em seu Artigo “Educação de Jovens e Adultos”

A EJA começou a perder espaço nas ações governamentais. Em março de 1990, com o início do governo Collor, a Fundação EDUCAR foi extinta e todos os seus funcionários colocados em disponibilidade. Em nome do enxugamento da máquina administrativa, a União foi se afastando das atividades da EJA e transferindo a responsabilidade para os Estados e Municípios (BIGNARDE, 2013).

Com a responsabilidade da EJA delegada aos Estados e municípios “foram feitas muitas experiências de universidades, movimentos sociais e organizações não-governamentais em relação à educação” (SOUZA et al., 2013).

A década de 90 é marcada como um período de surgimento de movimentos e entre eles podemos destacar: em 1989, em São Paulo, o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), período em que Paulo Freire foi Secretário de Educação e que outras cidades, inclusive no Estado do Rio Grande do Sul, como Porto Alegre, Alvorada, Cachoeirinha e Caxias do Sul se encarregaram de implantá-lo.

Em 1996, Segundo Stephanou e Bastos (2005):

surge novamente um programa nacional de alfabetização promovido pelo governo federal. No entanto, com o Programa Alfabetização Solidária (PAS), parecia que estávamos tendo um replay das campanhas das décadas de 40 e 50 além de se tratar de um programa aligeirado, com alfabetizadores semipreparados, reforçando a idéia de que qualquer um sabe ensinar, tinha como um de seus pressupostos a relação de submissão entre o Norte-Nordeste (subdesenvolvido) e o Sul-Sudeste (desenvolvido). Além disso, com a permanente campanha ‘Adote um Analfabeto’, o PAS contribuiu para reforçar a imagem que se faz de quem não sabe ler e escrever como uma pessoa incapaz, passível de adoção, de ajuda, de uma ação assistencialista (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p.272).

Em janeiro de 1997, como meta do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Programa Alfabetização Solidária – PAS, que tinha como proposta inicial atuar na alfabetização de jovens e adultos nas regiões Norte e Nordeste do país, mas conseguiu abranger as regiões Centro-Oeste e Sudeste, e outros países da África de língua portuguesa. Um dos principais objetivos do PAS era a inserção das pessoas não alfabetizadas na Educação de Jovens e Adultos e a continuidade dos estudos. Durante o segundo semestre de 2002, o PAS passou a se chamar AlfaSol e ser uma Organização Não Governamental – ONG. O AlfaSol continua atuando na alfabetização de jovens e adultos.

Em janeiro de 2003, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado, do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo do programa é a erradicação do analfabetismo no Brasil e a inclusão social de pessoas analfabetas.

Em 13 de julho de 2006, através do Decreto nº 5.840, é instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

Atualmente, a EJA no Brasil é considerada muito mais como uma oportunidade para quem vive na miséria social do que como um produto que visa ao desenvolvimento de nosso país. O sistema caótico de ensino, as precárias condições de vida de grande parte da população e a necessidade de ingresso no trabalho são os grandes responsáveis pelo abandono escolar em determinado período da vida, porém, mais tarde, a necessidade de escolaridade é a principal causa de retorno aos bancos escolares desses ontem adolescentes e hoje adultos-jovens e adultos. A cobrança por parte da sociedade, na qual o conhecimento ganha cada vez mais importância, a cobrança dos empregadores, aliada à busca por um salário melhor são os principais motivos de ingresso nessa modalidade.

A EJA perpassa todos os níveis da Educação Básica do país. Essa modalidade é destinada a jovens e adultos que não deram continuidade a seus estudos e para aqueles que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental e/ou Médio na idade apropriada.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), em seu Art. 37, § 1º:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996).

Os antigos Cursos Supletivos particulares, que até alguns anos eram a única opção para que jovens e adultos cursassem principalmente o Ensino Médio, perderam espaço, embora algumas instituições continuem sendo referência. Porém, algumas dessas instituições passaram a oferecer cursos relâmpagos (com o mesmo currículo do EJA), não presenciam com custos elevados. Ao final do prazo “prometido” pela instituição, o educando presta os “exames”.

Segundo a LDB, em seu Art. 38, “os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular”.

No mesmo artigo, é definida a idade mínima para a realização dos exames:

- Maiores de 15 anos podem prestar exames para a conclusão do Ensino Fundamental.
- Maiores de 18 anos podem prestar exames para a conclusão do Ensino Médio;
- Adolescentes com idades inferiores às estabelecidas acima devem frequentar as escolas regulares.

O currículo para a EJA no Ensino Médio utiliza como referência a Base Nacional Comum, que deve ser complementada por uma parte que atenderá a diversidade dos estudantes.

## 2.2 AS MODALIDADES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

No âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, segundo fontes da Secretaria de Educação, a Educação de Jovens e Adultos compreende as modalidades a seguir.

### **2.2.1 Educação de Jovens e Adultos (EJA Presencial)**

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de estudos oferecida como estudos presenciais, autorizada pelo Conselho Estadual de Educação em estabelecimentos de ensino em cujo espaço educativo é desenvolvida uma metodologia diferenciada, atendendo à legislação específica. Parte-se de uma análise e uma avaliação de estudos formais e informais do aluno, para que este possa ser inserido na parte do curso onde tenha condições de prosseguir, conforme o Plano de Estudos de cada escola.

### **2.2.2 Núcleos de Ensino de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA)**

O NEEJA é um estabelecimento de ensino que não se caracteriza como uma “escola”, mas um espaço educativo onde a oferta de exames supletivos fracionados é feita ao jovem e ao adulto, a partir de uma análise e uma avaliação de seus estudos formais e informais, os quais realizou ao longo de sua vida pessoal, profissional e escolar.

O ingresso no NEEJA é caracterizado como uma inscrição, a exemplo dos exames supletivos da Secretaria de Educação, visto que a opção a essa modalidade de ensino não pode ser confundida como uma simples “transferência” entre escolas ou cursos.

O NEEJA representa para o candidato uma oportunidade de certificação de estudos, onde ele organiza seus momentos de aprendizagem e avaliação formais na instituição, sem necessariamente se vincular a ela com a obrigatoriedade da frequência, exigida nos cursos presenciais.

São caracterizados também como estabelecimentos que poderão oferecer EXAMES SUPLETIVOS FRACIONADOS, relativamente a determinadas áreas do conhecimento ou componentes curriculares em provas parciais.

Aos Núcleos cabe implementar programas de apoio aos candidatos aos exames, fazendo uso de metodologias próprias, como atendimentos individuais e/ou coletivos, disponibilizando recursos audiovisuais de ensino à distância, de recursos eletrônicos de comunicação, entre outros.

### **2.2.3 NEEJAs Prisionais**

A Lei de Execução Penal, instituída pela Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, prevê a assistência educacional ao preso e internado, sendo obrigatório o Ensino Fundamental a esta clientela. Portanto, é dever do estado facultar a modalidade de ensino, que, no presente caso, os NEEJAs cumprem a função. Sendo assim, se existe demanda expressiva na casa prisional, disponibilidade de infraestrutura técnico-administrativa e pedagógica, exclusiva para o funcionamento do NEEJA, cabe a cada Coordenadoria Regional de Educação prover recursos humanos habilitados para dar conta ao previsto na Lei de Execução Penal. Para complementar, em Bento Gonçalves é oferecido o Ensino Fundamental – séries iniciais e depois a T3 e T4 – séries finais e T5 – equivalente ao ensino médio.

### **2.2.4 Programa Nacional da Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)**

O PROEJA foi instituído inicialmente pelo Decreto nº 5.478, de 25 de junho de 2005. Após discussões com as instituições federais de educação tecnológica que reivindicavam, entre outros pontos, maior prazo para a implementação do Programa, o decreto foi substituído pelo de nº 5.840, de 13 de julho de 2006.

O Programa implementado na rede federal de educação profissional, e que pode também ser adotado pelos estados e municípios, surge como uma nova perspectiva para jovens e adultos que não tiveram condições de completar a educação básica no chamado “tempo próprio”. Cabe salientar aqui que essa nova perspectiva rompe inclusive com o termo “tempo próprio”, mostrando que todo tempo é próprio para construir cidadania e inclusão social.

De acordo com o Plano de Curso do PROEJA – Técnico em Comércio,

Os requisitos para o ingresso são:  
Ensino Fundamental completo.  
Idade mínima de 18 anos (respeitando a regra da prioridade colocada no DCN para Educação de Jovens e Adultos).  
A seleção será realizada através de sorteio público, com data, local e horário divulgados em edital. Tendo sido sorteado, o candidato deverá realizar todas as etapas da matrícula, nas datas estabelecidas pelo Calendário de Matrícula, sob pena de perder sua vaga.  
O perfil profissional do educando concluinte do curso Técnico em Comércio

contempla as competências básicas do Ensino Médio, as competências gerais da área do comércio, acrescidas de competências específicas. Com um trabalho diferenciado do Ensino Médio regular integrado a uma formação profissional, buscam-se cidadãos comprometidos com a construção de “um mundo em que a violência ceda lugar ao diálogo e à cultura baseada na justiça” (Declaração de Hamburgo sobre EJA). Assim, o aluno, ao concluir seus estudos, deverá estar apto a uma releitura de mundo no qual está inserido para ser capaz de construir “conhecimentos, habilidades e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e o conduzam à realização de si mesmo e ao reconhecimento do outro como sujeito” (Parecer CNE/CEB nº 11/00).

NO IFRS – Campus Bento Gonçalves, o Curso Técnico em Comércio – PROEJA, possui a Base Comum e a parte profissional:

A Base Comum carga horária de 1.260 horas, contemplando as três áreas do conhecimento escolar.

A parte profissionalizante do Curso Técnico em Comércio, com carga horária de 1.140 horas, mais estágio supervisionado de 360 horas (IFRS, - Câmpus Bento Gonçalves, 2012).

### **2.2.5 Exames Supletivos (ENCCEJA)**

A Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul optou pelos Exames Nacionais de Certificação de Competências da Educação de Jovens e Adultos – ENCCEJA, visto que é um formato de avaliação que se vincula a um conceito mais estrutural e abrangente do desenvolvimento da inteligência e construção do conhecimento. Essa concepção, de inspiração fortemente construtivista, acha-se já amplamente contemplada nos textos legais que estruturam a Educação Básica no Brasil.

Tal concepção privilegia a noção de que há um processo dinâmico de desenvolvimento cognitivo mediado pela interação do sujeito com o mundo que o cerca. A inteligência é encarada não como uma faculdade mental ou como expressão de capacidades inatas, mas como uma estrutura de possibilidades crescentes de construção de estratégias básicas de ações e operações mentais com as quais se constroem os conhecimentos.

Nesse contexto, o foco da avaliação recai sobre a aferição de competências e habilidades com as quais o candidato transforma informações produzindo novos conhecimentos, reorganizando-os em arranjos cognitivamente que permitem enfrentar e resolver novos problemas.

### 3 METODOLOGIA DE PESQUISA

#### 3.1 O CONTEXTO DA PESQUISA

O Plano Geral do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular Metamorfose, onde foi desenvolvido o estágio, está disposto no Projeto Político Pedagógico do NEEPACP Metamorfose (METAMORFOSE, 2002).

Iniciando suas atividades em 16 de dezembro de 2002, o NEEJACP Metamorfose mantém seu foco central num currículo voltado às necessidades reais dos trabalhadores.

Atualmente, dispõe de um grupo de 30 educadores e atende 750 educandos nos turnos manhã, vespertino e noturno. As aulas acontecem de forma presencial e semipresencial.

Numa prática de ação-reflexão-ação baseada nos pressupostos da Educação Popular, visa à construção do conhecimento, possibilitando assim a interação no contexto social, econômico, cultural e político.

O Núcleo oferece atendimento nas diferentes dimensões: para jovens a partir de 15 anos no Ensino Fundamental; a partir dos 18 anos para o Ensino Médio; e adultos em geral e trabalhadores, incluindo pessoas com necessidades especiais, porém não configurando este Núcleo, como Educação Especial.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do NEEJACP Metamorfose:

A missão do Núcleo é “garantir uma Educação para toda a vida, partindo da construção coletiva do conhecimento, remetendo-se a ideia de uma rede de relações que se constrói no cotidiano. Valorizando o saber popular, o saber científico e a percepção das inter-relações que permeiam o conhecimento” (METAMORFOSE, 2002, p.1).

O NEEJACP Metamorfose está inserido num contexto macro, abrangendo diferentes sujeitos com diferentes histórias de vida. A demanda apresentada é

diversa, oriunda de indústrias comércio e serviços, em que todos buscam oportunidades de inclusão. Em função dessa diversidade, caracteriza-se pelos esforços e tempos diferenciados de construção do conhecimento, em todas as atividades.

### 3.2 O ENSINO DE FÍSICA NO NEEJACP – METAMORFOSE

O Ensino de Física está muito ligado ao da matemática, pois grande parte do conteúdo da disciplina tem relação números e fórmulas, meramente matemáticas.

Os alunos, na sua grande maioria, reclamam dizendo “não entendo”, “é muito difícil”, “tenho que pensar muito”, “onde vou usar isso”, “nunca vi isso antes”, “não consigo ver a relação disso com o meu dia a dia”. Essas são as maiores queixas/reclamações/comentários por parte dos alunos que não conseguem relacionar os conteúdos de física com o seu dia a dia.

Cabe aqui um registro especial em um determinado momento de uma aula de estágio, véspera de um feriado prolongado, explicando o conteúdo de Velocidade Média, uma aluna sentada na primeira fila, disse: “professora não estou entendendo o que é o deslocamento (posição final e inicial)?” Perguntei a ela se iria viajar? “Sim, respondeu ela, vou na casa dos meus pais que moram em Casca(RS) e viajarei de ônibus”. Percebe-se, com a resposta da aluna, que seria um belo exemplo que poderíamos calcular juntas. Utilizando horário de saída do ônibus da rodoviária de Bento Gonçalves (RS) e a chegada na rodoviária em Casca (RS) esses respectivamente, seriam os valores do deslocamento e do instante inicial. A aluna, aos poucos foi percebendo e citando exemplos diários de deslocamento inicial e final. No final da explanação a aluna conseguiu resolver o exercício proposto de velocidade média.

Os alunos, na sua grande maioria alegam que não têm tempo disponível para estudar e dedicar-se com aprofundamento aos conteúdos de física e que das escolas que são oriundos não tinham conteúdo aprofundado e nem recursos didáticos disponíveis para estudar. Alguns justificaram que nem professor de física e muito menos a disciplina de física era vista nas outras escolas.



Percebe-se que em sala de aula uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos é em relação à leitura, à compreensão e à interpretação dos enunciados dos exercícios e/ou problemas de física, aliado à dificuldade em relação às operações matemáticas fundamentais, principalmente multiplicação e divisão, seguindo-se de transformações básicas, como quilômetro para metro (vice-versa) e quilograma para grama (vice-versa). Esses obstáculos influenciam e prejudicam de maneira significativa o ensino-aprendizagem da Física.

### 3.3 A COLETA DE DADOS

Os dados coletados foram por meio de questionários\* com 24 alunos da turma T8A e 17 alunos da turma T8C do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular – NEEJACP Metamorfose.

Apresenta-se na Figura 1 as principais perguntas do questionário.

Perguntas do questionário
Qual a disciplina que lhe desperta maior interesse?
Qual o seu entendimento sobre física? Você se interessa por esta disciplina?
Você considera o ensino de física importante? Justifique?
O que você estuda em sala de aula na disciplina de física está relacionado com sua vida cotidiana? Se SIM, cite exemplos?
Descreva, em poucas palavras, um pouco do que você estudou na disciplina de Física no NEEJACP?

**Figura 1: Principais perguntas do questionário.**

Fonte: Elaborado pela autora.

Além do questionário, foi realizada uma entrevista semiestruturada com três alunos, embora o convite tenha sido feito a todos que responderam o questionário. Percebe-se que os alunos possuem receios e têm dificuldades em expressar seus pontos de vista em relação a qualquer assunto. Vale ressaltar que entrevistas semiestruturadas não seguem uma sequência rígida de questões. O entrevistador desenvolve um processo dinâmico, de modo que as falas dos entrevistados ocorram de maneira natural.

Todo o material foi transcrito, mantendo-se a grafia original, e organizado em dimensões para posterior análise.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

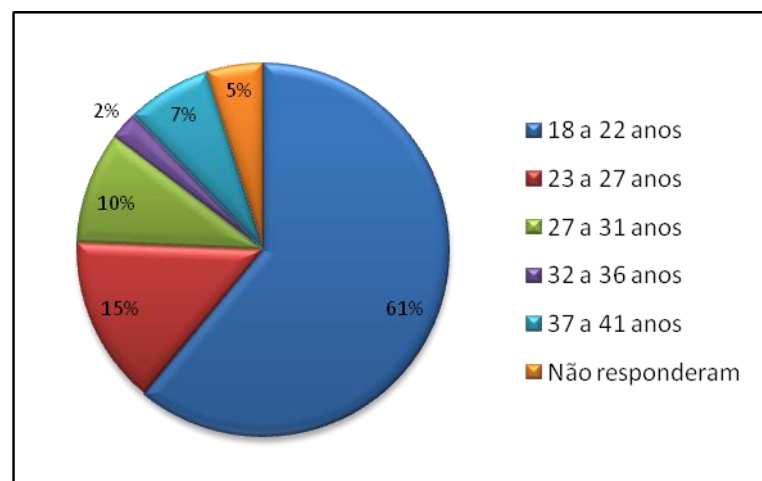
A análise dos dados foi dividida em duas etapas: questionário e entrevista. Na primeira análise foi possível traçar um perfil superficial dos estudantes das turmas no que concerne a sua situação como estudante. As entrevistas permitiram uma investigação sobre que pensam os alunos a respeito da disciplina de física, objetivo deste trabalho.

### 4.1 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO

A partir dos questionários respondidos traçou-se um perfil dos alunos. Embora não se pretende realizar um estudo quantitativo, alguns dados são interessantes para ilustrar o perfil das turmas. Em seguida, analisou-se as respostas da tabela 1.

#### 4.1.1 Perfil dos Alunos

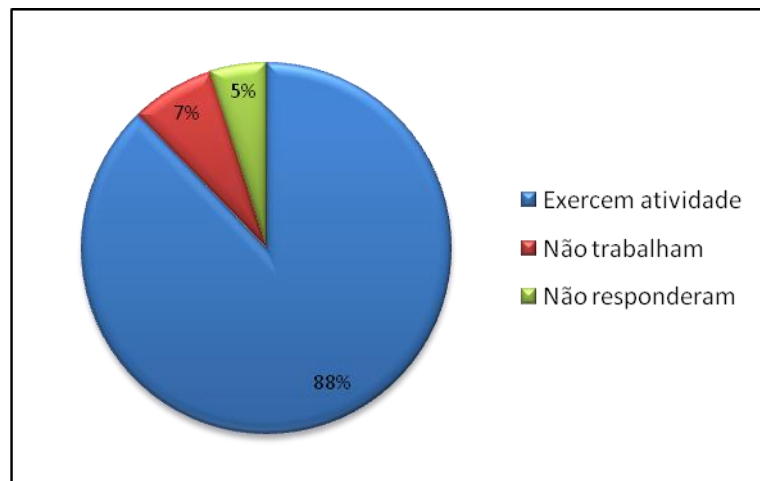
De todos os alunos, 25 tem idade entre 18 e 22 anos; seis entre 23 e 27; quatro entre 27 e 31; um entre 32 e 36; três entre 37 e 41 anos e somente dois não responderam à pergunta.



**Figura 2: Idade dos entrevistados.**  
Fonte: Elaborado pela autora.

Percebe-se que 60,97% dos alunos estão na faixa menor, entre 18-22 anos. Este número tão elevado de alunos nesta faixa etária, provavelmente se deve ao fato de que foram reprovados em escola regular e desejam terminar em menor espaço de tempo o ensino médio. Isso revela que o maior público do EJA são jovens, contrariando a proposta dessa modalidade de educação, uma vez que o programa EJA foi criado para atender adultos que não tiveram oportunidade de cursar a escola regular no período adequado.

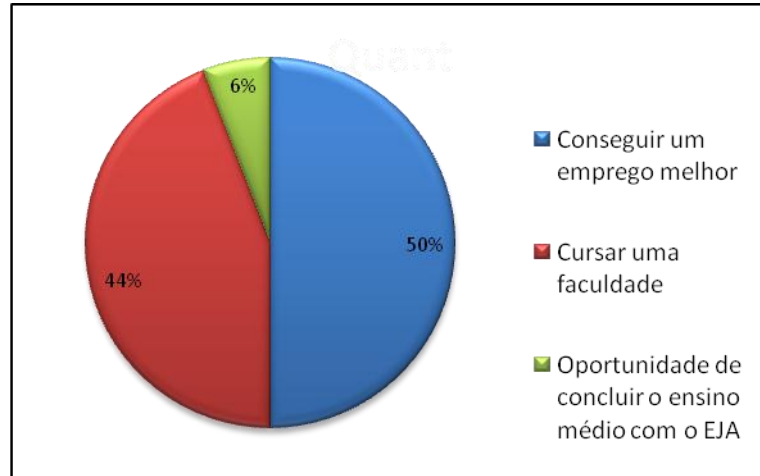
Em relação a exercerem atividades profissionais, de todos os alunos, 36 exercem atividade, três não trabalham e dois não responderam. Devido à vasta oportunidade de trabalho, economia aquecida, geração de emprego em alta. Isso tudo somado são fatores que fazem com que os alunos optem por trabalhar e estudar à noite e, em muitas vezes, abandonar os estudos e mais tarde retornarem aos estudos.



**Figura 3: Trabalham.**

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação às perguntas: “Qual o motivo que a fez retornar aos estudos?” e “Qual sua expectativa após a conclusão do Curso?”, percebe-se que, além do desafio pessoal de concluir os estudos, há um interesse em continuá-lo para buscar melhores oportunidades de trabalho (figura 4).



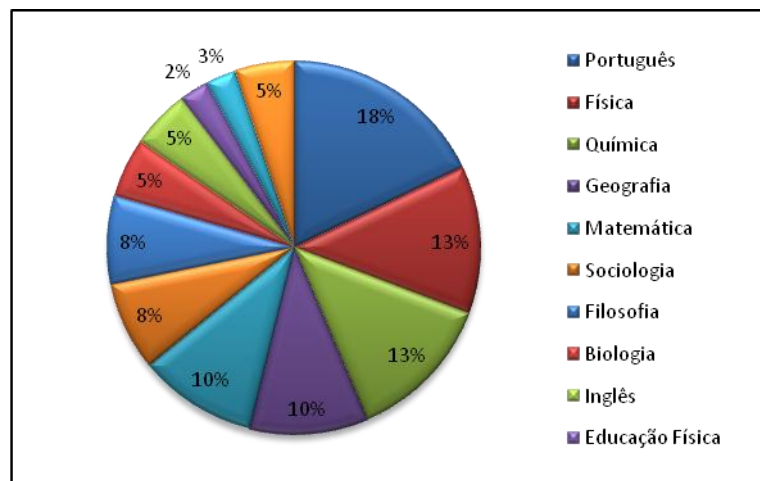
**Figura 4: Motivos para retornar aos estudos e expectativa após conclusão do curso.**

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse sentido, destaca-se a importância do diploma para o trabalho. Nos dias atuais, são raras as oportunidades para as pessoas que não possuem diploma de conclusão do ensino médio.

#### 4.1.2 Análise das Perguntas sobre o Ensino de Física

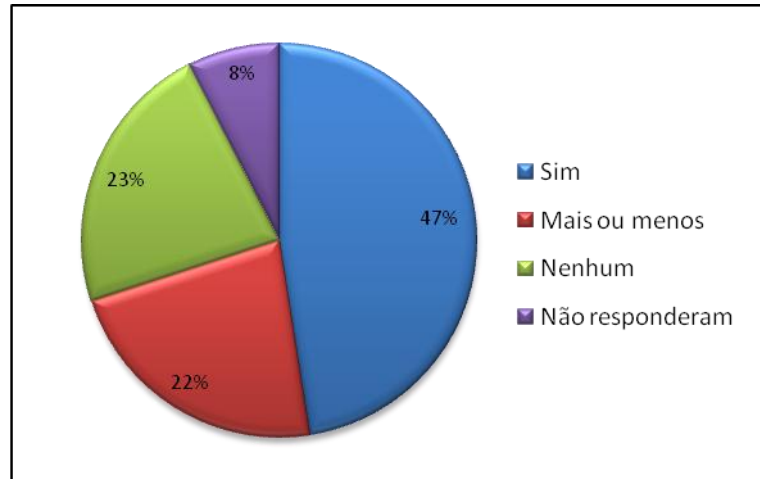
Quanto à pergunta “Qual a disciplina que lhe desperta maior interesse?” Dos alunos entrevistados, sete preferem a disciplina português, empatadas: cinco preferem física e química; quatro alunos preferem geografia e matemática. As demais disciplinas que foram citadas pelos alunos: três sociologia e filosofia, dois biologia e inglês; uma educação física e história e dois alunos responderam que nenhuma disciplina lhe desperta maior interesse.



**Figura 5: Disciplinas.**

Fonte: Elaborado pela autora.

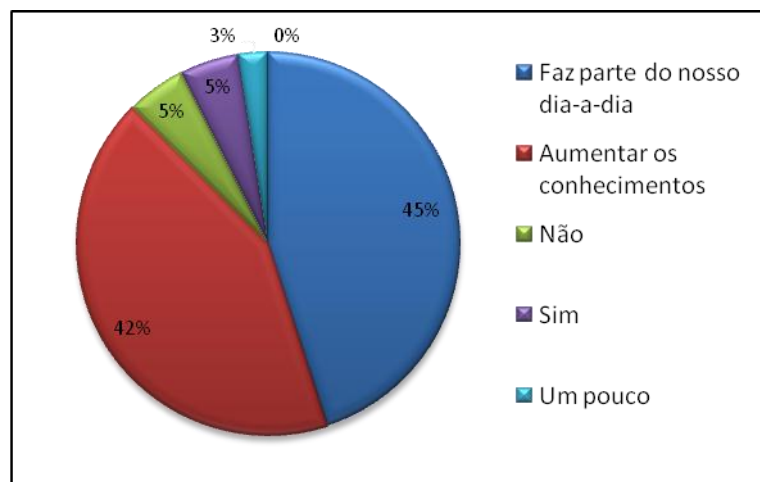
Em relação à pergunta 4 da Figura 1 - “Qual o seu entendimento sobre física? Você se interessa por esta disciplina?”. Percebe-se uma resposta vaga dos alunos que se manifestaram ter interesse na disciplina. No entanto, os que afirmaram ter interesse não apresentaram nenhum comentário sobre o que ele entende de física.



**Figura 6: Interesse dos alunos pela disciplina de Física.**

Fonte: Elaborado pela autora.

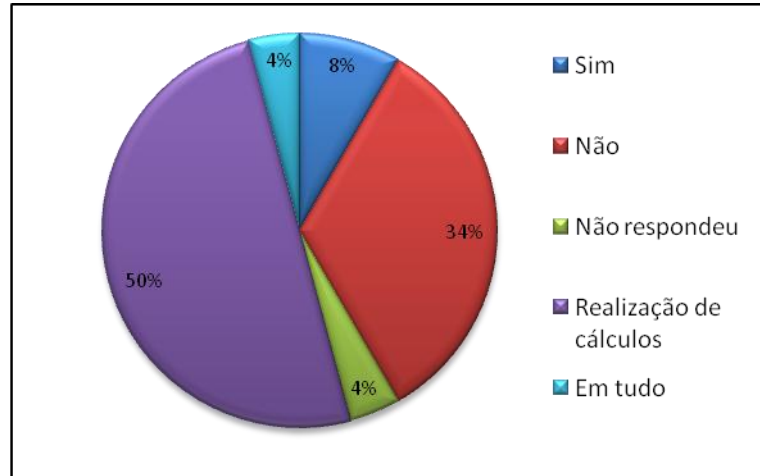
Na figura 7 aparecem as respostas dos alunos à pergunta “Você considera o Ensino da Física importante? Justifique?”. Novamente as respostas foram vagas, respostas curtas e diretas, não apresentaram nenhuma informação adicional.



**Figura 7: Importância do estudo da Física.**

Fonte: Elaborado pela autora.

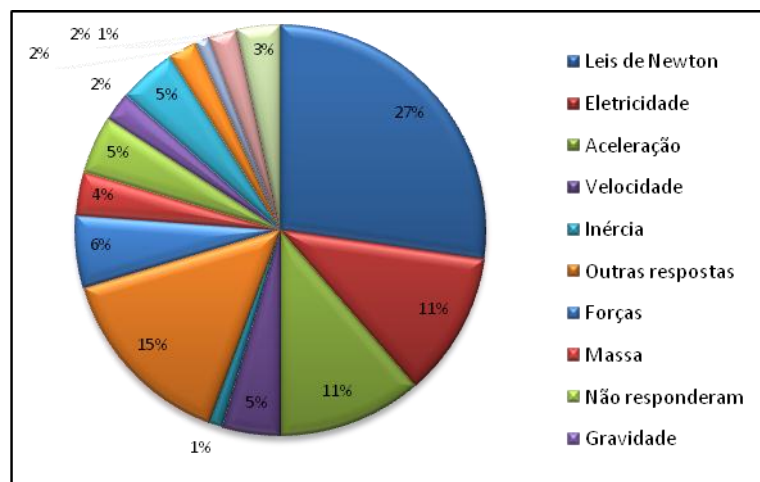
Em relação à pergunta “O que você estuda em sala de aula na disciplina de física está relacionado com sua vida cotidiana? Se SIM, cite alguns casos”, algumas respostas estão contempladas na Figura 8:



**Figura 8: Relação da Física com a vida cotidiana.**

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à pergunta “Descreva, em poucas palavras, um pouco do que você estudou na disciplina de Física no NEEJACP”, percebe-se pelas respostas dos alunos entrevistados que o conteúdo de física nas totalidades que equivalente ao Ensino Médio – T7 e T8 se detêm principalmente na parte da Mecânica, isso se deve ao fato, segundo a Professora de Física da Totalidade 7, à baixa frequência às aulas, ao pouco interesse pela disciplina por parte ao alunos e a grupo muito heterogêneo em idade e de anos de abandono escolar são motivos que fazem com que não ocorra o andamento do conteúdo estabelecido no cronograma no início do semestre. São duas horas-aulas de física na semana e esse vai e vem com o conteúdo acaba sendo fator preponderante para que não se avance em outras partes da Física:



**Figura 9: Conteúdo da disciplina de Física no NEEJACP.**

Fonte: Elaborado pela autora.

## 4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Apresentam-se alguns recortes das entrevistas com os alunos. Nas transcrições das respostas, buscou-se explorar a variedade de colocações, mantendo a grafia original das mesmas.

Em muitas respostas, nota-se que a disciplina de física pouco foi estudada durante a escola regular, sendo que os alunos retornaram aos estudos após uma parada de alguns anos, o que dificulta ainda mais a aprendizagem.

[...] uma vez eu tive física acho que foi na sétima, acho oitava, isso uma vez só (Aluna 1).

Sim, nas outras escolas que passei tive aula de física no regular e agora to à noite (Aluna 2).

Como já citado, a interrupção nos estudos dos alunos entrevistados ocasiona uma vaga lembrança do que foi estudado em física quando aluno regular.

Olha o que lembro de lá eu não consigo lembrar de muita coisa porque lá eu realmente não aprendi nada [...] (Aluna 1).

A gravidade eu sei do pouco que eu sei da gravidade é a Terra puxa pra baixo que é eu não me lembro o nome e é por isso que existe a gravidade porque tem algo acho que no centro Terra puxa para baixo e a tendências das coisas é sempre cair por causa da gravidade (Aluna 1).

No contexto do NEEJACP Metamorfose a fala dos alunos sobre as aulas de física divergem em relação às aulas no ensino regular.

Acredito que eu aprendi mais aqui no que no regular até por trabalhar mais com a prática, até a relação com o professor (Aluno 3).

Acho que o regular é muita matéria jogada, tu decora e faz a prova. O NEEJACP já é um pouco diferente, tu aprende mais ate por tratar com o professor (Aluno 3).

Vejo bastante diferenças [...] lá explicavam mais direitinho, aqui tudo mais é corrido. Então é o meu problema para eu entender mais (Aluna 2).

Quando perguntados sobre o que estudou em física, nas três totalidades do NEEPACP Metamorfose, a fala dos alunos revela uma escassez de conteúdos.

No primeiro ano Velocidade Media, delta T e delta V, essas coisas e agora estamos vendo. Leis de Newton (Aluna 1).

Força, gravidade (Aluno 3).

Percebe-se na fala dos alunos, que as aulas de física não passam do conteúdo de Mecânica, isto é, iniciando com conteúdo de Movimento Uniforme, passando por Movimento Uniformemente Variado e finalizando em Leis de Newton. Além disso, os alunos revelam nunca terem tido aula prática de física, tanto na escola regular, como no NEEJACP.

Quando perguntados sobre os assuntos que eles próprios citaram que estão estudando, os alunos não conseguiram desenvolver uma resposta considerável, o que evidencia pouco conhecimento dos assuntos estudados em aula. Além disso, os alunos dizem conseguir relacionar a física estudada em sala de aula com sua vida cotidiana, porém suas respostas são bastante vagas:

Acho que está sim relacionada questão por exemplo gravidade, tudo, objeto, forma, massa (Aluno 3).

Considero e acho que todo mundo deveria saber um pouco sobre a física porque muita gente olha para coisas, fala das coisa, usa as coisas e que muito delas veio da física (Aluna 1).

Em tudo o que faço [...] em várias coisas (Aluna 2).

Com base nas entrevistas realizadas, percebe-se um fraco desempenho dos alunos na disciplina de física. Fatores como: turma muito heterogênea em idade, tempo de ausência dos bancos escolares, escolas de origem diversificadas, duas horas semanais de física, podem ser os responsáveis pelo baixo desempenho e conhecimento em física.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a analisar as concepções do Ensino de Física nos alunos das turmas T8A e T8C do NEEJACP Metamorfose de Bento Gonçalves, turma essa que está concluindo a última etapa (totalidade) ,equivalente ao Ensino Médio. A disciplina de física é de carga horária semanal (dois períodos de 50 minutos) e está inserida no currículo das totalidades T7 e T8.

A Instituição de Ensino escolhida foi o Núcleo Estadual de Educação de Jovens Adultos e Cultura Popular NEEJACP Metamorfose que tem seu público específico e diversificado. Durante a coleta e análise de dados, aos poucos se percebeu a possibilidade real de uma demanda de pesquisas mais aprofundadas.

A educação de adultos vem se caracterizando cada vez mais como educação de jovens adultos principalmente nas séries finais do ensino fundamental e médio.

Em conversar paralelas, comentavam acerca do professor, do modo como ele ministra a disciplina de física e que explora, na medida do possível, os saberes dos alunos. No entanto, os alunos acreditam que poderia ser mais explorados e considerados. Cabe aqui informar que os saberes provenientes da cultura popular são incorporados e trabalhados pelos docentes. Nenhum saber deve ser ignorado, ao contrário, precisam estar presentes e abordados no cotidiano escolar.

A EJA não deve ser trabalhada da mesma maneira que se trabalha no ensino diurno, como acreditam alguns professores. Pelas entrevistas percebeu-se que os alunos estudam apenas para conseguir um emprego. E as outras esferas da vida social? Como fica o conhecimento nessa situação?

O que fazer para melhorar o Ensino no EJA? E quanto ao Ensino de Física? Em entrevista a revista Nova Escola<sup>1</sup>, a Professora Maria Clara di Pierro, especialista em Educação de Jovens e Adultos (EJA), coloca os seguintes pontos quando perguntada sobre quais são os desafios do EJA:

seria “pensar em um modelo mais flexível de escola, conectado com a vida. Além disso, investir na formação docente, com mais disciplinas obrigatórias e optativas na graduação. Afinal, o papel desses professores não é preparar os estudantes para o futuro, como ocorre com as crianças, mas ter um olhar mais sensível a tudo que é relevante para esses jovens e adultos, da saúde à religiosidade”.

Ou seria mudar a clientela da EJA, pois segundo reportagem do Zero Hora<sup>2</sup>:

a EJA está se tornando cada vez mais Educação de Jovens e Adolescentes, pelo menos no Rio Grande do Sul. No Estado do Rio Grande do Sul, 23,4% dos estudantes de EJA são adolescentes, contra uma média nacional de 14,7%. Como o acesso ao Ensino Médio da modalidade é restrito aos maiores de idade, os adolescentes estão concentrados nas turmas de Ensino Fundamental, nas quais se tornaram maioria.

Para ações futuras, espera-se dar continuidade no trabalho. Uma proposta é o acompanhamento de uma turma do NEEJAP durante os três semestres em que se estuda a disciplina de física. Isso permitirá um entendimento melhor da complexa realidade do ensino de física para alunos EJA.

---

<sup>1</sup> Revista Nova Escola, **EJA em segundo plano**. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/modalidades/eja-plano-618045.shtml>>, acesso em: 02/11/2013.

<sup>2</sup> Zero Hora, **Cresce a procura de adolescentes por ensino EJA**. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2012/07/cresce-a-procura-de-adolescentes-por-ensino-da-eja-3808368.html>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **MEC vai elaborar base curricular comum para as escolas brasileiras.** Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/06/19/mec-vai-elaborar-base-curricular-comum-para-as-escolas-brasileiras.htm>>. Acesso em: 02 out. 2013.

BEISIEGEL, Celso Rui. Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 4, p. 26-34, jan./abr. 1999.

BIGNARDE, Kleber Gonçalves. **Políticas públicas e sociedade civil na construção.** Disponível em: <<http://catedraunescojea.org/GT09/COM/COM016.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2013.

BRASIL. **Constituição de 1934.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm)>. Acesso em: 09 ago. 2013a.

BRASIL. **Constituição de 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm)>. Acesso em: 09 set. 2013b.

BRASIL, Cristiane Costa. **História da alfabetização de adultos de 1960 até os dias de hoje.** Disponível em: <<http://www.ucb.br/sites/100/103/TCC/12005/CristianeCostaBrasil.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm)>. Acesso em: 21 maio 2013.

BRASIL. MEC. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Acesso em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejalei9394.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

\_\_\_\_\_. **Resolução CEB nº. 1. 05 jul. 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.

\_\_\_\_\_. **Parecer CEB 11/2000**. Aprova as Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

\_\_\_\_\_. **Documento Base do Proeja**. Ministério da Educação. Brasília, 2007.

CORRÊA, Arlindo Lopes. **Educação de massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS/MOBRA, 1979.

CUNHA, Adilson. **A educação de jovens e adultos e o movimento brasileiro de alfabetização**. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.com/historia/a-educacao-jovens-adultos-movimento-brasileiro-alfabetizacao.htm>>. Acesso em: 10 set. 2013.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, p. 58-77, nov. 2001. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013.

DREYER, Loiva. **Alfabetização: o olhar de Paulo Freire**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, Curitiba, 2011, p. 3589, Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5217\\_2780.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5217_2780.pdf)> Acesso em: 29 nov. 2013.

EUGÊNIO, Benedito Gonçalves. **O currículo na educação de jovens e adultos: entre o formal e o cotidiano numa escola municipal em Belo Horizonte**. 2004. p.15. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

FERNANDES, Elisângela. **Por que jovens de 15 a 17 anos estão na EJA**. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/jovens-15-17-anos-estao-eja-639052.shtml?page=3>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 108-130, mai./ago. 2000. Disponível em: <[http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde14/rbde14\\_08\\_serjio\\_haddad\\_e\\_maria\\_clara\\_di\\_pierro.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde14/rbde14_08_serjio_haddad_e_maria_clara_di_pierro.pdf)>. Acesso em: 02 out. 2013.

IFRS – Câmpus Bento Gonçalves. **Plano de Curso – Técnico em Comércio**, 2012.

LOUZADA, Cláudia de Oliveira; LOUZADA, Anneliese de Oliveira; ROZAL, Edilene Farias Rozal. **A relação entre o ensino de física e o numeramento em turmas de EJA**. Disponível em: [http://www.cienciamao.usp.br/dados/snef/\\_arelacaoentreoensinodefis.trabalho.pdf](http://www.cienciamao.usp.br/dados/snef/_arelacaoentreoensinodefis.trabalho.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2013.

MELO, Itamar. Cresce a procura de adolescentes por ensino da EJA. Zero Hora, 07 jul. 2012. Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2012/07/cresce-a-procura-de-adolescentes-por-ensino-da-eja-3808368.html>>. Acesso em: 23 dez. 2012.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) (verbete)**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira – EducaBrasil. São Paulo: Midiamix, 2002. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=130>>. Acesso em: 23 dez. 2012.

METAMORFOSE, Projeto Político Pedagógico – NEEJACP, 2002.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lucia Spedo; HADDAD, Sérgio. **O beabá do Brasil**. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/historia-educacao/>>. Acesso em: 07 ago. 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **Educação de Jovens e Adultos – EJA Presencial**. Bibliografia: sobre NEEJA. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/eja.jsp?ACAO=acao1>>. Acesso em: 28 out. 2012.

SILVA, Andréia Maciel da. **Educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil**. 17 jul. 2009. Disponível em: <http://www.artigonal.com/educacao-artigos/educacao-de-jovens-e-adultos-eja-no-brasil-1046328.html>>. Acesso em: 10 set. 2013.

SOUZA, Alexandra Borges de; HARCA, Aline de Oliveira; MALTA, Tiago André Marques; TEIXEIRA, Denis Willian Martins; BISAGG, Paulo Costa Braga. **Educação de jovens e adultos**. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfJhYAE/educacao-jovens-adultos>>. Acesso em: 28 out. 2013.

STRELHOW, Theles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. Revista HISTEDBR On-line, Campinas: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, n. 38, p. 49-59, jun. 2010. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05\\_38.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf)>. Acesso em: 07 ago. 2013.

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil**: revendo alguns marcos históricos. Disponível em: <http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigo-01.htm>>. Acesso em: 02 out. 2013.

ZUNTI, Maria Lúcia Grossi Corrêa. **A Educação de Jovens e Adultos promovida pelo MOBRAL e a Fundação Educar no Espírito Santo, de 1970 a 1990: uma análise dos caminhos percorridos entre o legal e o real.** Vitória, 2000.